



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/16976>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v18i30.16976>


Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 18 | N. 30 | Jun, 2024

Submissão: 11/06/2024 | Aprovação: 30/06/2024




## INDUSTRIALIZAÇÃO E CIDADE: O PAPEL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PACIFICAÇÃO DO BAIRRO DE SÃO SEBASTIÃO, NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

*INDUSTRIALIZATION AND THE CITY: THE ROLE OF SOCIAL ASSISTANCE POLICIES IN THE PACIFICATION OF THE NEIGHBORHOOD OF SÃO SEBASTIÃO, IN THE MUNICIPALITY OF ABAETETUBA/PA*

Isane Caripuna Pinheiro 

Universidade Federal do Pará - UFPA<sup>1</sup>

Fernando Manuel Rocha da Cruz 

Universidade Federal do Pará - UFPA<sup>2</sup>

**Resumo:** A formação do bairro de São Sebastião, no município de Abaetetuba/PA, nos finais dos anos 1980, resulta da concentração de famílias migrantes para trabalharem na implementação do Projeto Albras/Alunorte. O desemprego e a ausência do Estado no bairro, leva ao envolvimento de adolescentes e jovens nas gangues e ao crescimento da insegurança e medo nos moradores. O artigo tem como objetivo refletir como o processo de industrialização iniciado pelo Projeto Albras/Alunorte e seus impactos urbanos, foram dirimidos no bairro de São Sebastião, a partir das políticas sociais colocadas em prática através da instalação do CRAS e do CEU'S, no referido território. Nesse sentido, optamos em termos metodológicos, por uma abordagem qualitativa, destacando-se aqui, a aplicação de entrevistas semiestruturadas a vários agentes sociais. Concluímos que a instalação de CRAS e CEU's no município, assim como a vontade dos seus moradores, explicam a pacificação do território.

**Palavras-Chaves:** bairro; cidade; industrialização; políticas públicas; violência urbana.

**Abstract:** The formation of the São Sebastião neighborhood, in the municipality of Abaetetuba/PA, in the late 1980s, results from the concentration of migrant families to work on the implementation of the Albras/Alunorte Project. Unemployment and the absence of the State in the neighborhood leads to the involvement of teenagers and young people in gangs and the growth of insecurity and fear among residents. The article aims to reflect on how the industrialization process initiated by the Albras/Alunorte Project and its urban impacts were resolved in the São Sebastião neighborhood, based on the social policies put into practice through the installation of CRAS and CEU'S, in that territory. In this sense, in methodological terms, we opted for a qualitative approach, highlighting here the application of semi-structured interviews to various social agents. We conclude that the installation of CRAS and CEU's in the municipality, as well as the will of its residents, explain the pacification of the territory.

**Keywords:** neighborhood. City; industrialization; public policy; urban violence.

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cidade, Território e Identidade-PPGCITI da Universidade Federal do Pará-Campus Abaetetuba, Bolsista CAPES. E-Mail: [isanecaripuna35a@gmail.com](mailto:isanecaripuna35a@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades; Doutor em Ciências Sociais. E-Mail: [fernando.cruz@ufpa.br](mailto:fernando.cruz@ufpa.br)

## INTRODUÇÃO

Abaetetuba é uma cidade interiorana, localizada às margens do Rio Maratauíra, pertencente a mesorregião do nordeste paraense, a 115 km de distância da capital do estado Belém. O município possui uma população estimada em 158.188 habitantes e uma área territorial de 1.610.654 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Encontra-se dividida territorialmente em zona urbana (17 bairros), zona rural ribeirinha (arquipélago de 22 ilhas compostas por 72 comunidades) e zona rural estrada (49 colônias e uma vila). A principal fonte de renda é o comércio terciário, seguido da pesca, extrativismo e funcionalismo público (municipal, estadual e federal).

No final dos anos 80, foi fundado o bairro de São Sebastião que teve origem no processo de implantação do Projeto Albras/Alunorte na cidade de Barcarena/PA, a 37 km do município de Abaetetuba. Este projeto fazia parte da implantação dos grandes projetos econômicos na Amazônia. Na sua fase inicial, o projeto foi responsável pelo aumento da empregabilidade, atraindo diversas famílias de várias partes do País. Em Abaetetuba, o projeto deu ênfase ao êxodo rural no município. A cidade cresceu caoticamente e com isso, surgiram novos bairros. Para amenizar a situação, o Prefeito da época comprou duas grandes áreas de terra e de forma gratuita, distribuiu pelas famílias, dando origem ao referido bairro de São Sebastião.

Sem nenhuma infraestrutura básica, sem cobertura de políticas públicas, esse território apresentou as multifacetadas expressões da questão social como as práticas de violência e os bolsões de pobreza.

Por ser um território marcado por expressivas práticas de violência, o bairro de São Sebastião tornou-se estratégico para a implantação do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS. Assim, este assumiu uma importância peculiar, uma vez que durante esse período, o referido bairro se destacou na mídia local como “IRAQUE” ou “AFEGANISTÃO”, pelo alto índice de violência urbana.

Aqui se destacaram duas “gangues” de adolescentes e jovens, conhecidas como “Vândalos de Santa Rosa” (VN) e “Demônios da Noite” (DN). A rivalidade entre elas era extrema, causando nos moradores insegurança e terror diante dos confrontos que ali travavam e que em sua grande maioria resultava em óbitos.

Assim, precedida por uma forte mobilização da comunidade, dispôs-se da implantação do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, uma vez que a população que ali residia tinha a esperança de fruir de um território passivo, com o estabelecimento de relações sociais estáveis, perspectivas de vida entre a juventude e prazer em viver.

No presente artigo, é nosso objetivo, refletir como o processo de industrialização iniciado pelo Projeto Albras/Alunorte e seus impactos urbanos e, nomeadamente, em termos de violência urbana, foram dirimidos no bairro de São Sebastião, no município de Abaetetuba, a partir das políticas públicas sociais colocadas em prática através da instalação do CRAS e do CEU's, no referido território.

Em termos metodológicos, adotamos a abordagem qualitativa, tendo em vista carregar múltiplas formas de evidência acerca da relação sujeito/objeto e do princípio da identidade. Nesse sentido, recorreremos à aplicação de entrevistas semiestruturadas a moradores e agentes do CRAS e CEU's e à observação direta do bairro de São Sebastião.

O artigo encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira, começamos por fazer um debate sobre a noção de cidade, para tratar ainda, a questão da industrialização e urbanização, a partir da formação do bairro de São Sebastião, no município de Abaetetuba. Na segunda parte, apresentamos o estudo de caso no referido bairro sobre a intervenção do Estado, a partir das políticas de assistência social para debelar a questão da violência urbana.

## CIDADE E INDUSTRIALIZAÇÃO

Mas afinal o que é a cidade? É um conjunto de edificações ou um espaço de coletividades? É um emaranhado territorial de um denso conjunto de periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias ou um local permanente de trabalho e moradia? Seria possível definir cidade?

É conveniente destacar que cidade é mais que um espaço geográfico, um emaranhado territorial, ou até mesmo um conjunto de edificações. Pode-se definir cidade como espaço de relações sociais, econômicas, culturais, religiosas; enfim uma superfície permeada de contradições e antagonismos.

Dessa forma, compreende-se cidade como local de transformação da vida cotidiana, uma vez que de acordo com o tempo presente, a realidade exposta/imposta influencia no processo de modificação do quotidiano dos sujeitos que nela vivem/convivem. Cruz (2011, p.75) destaca, que “a cidade é plural existindo singularmente na imaginação e nas recordações daqueles que a habitam ou frequentam”.

Dessa forma é conveniente destacar que: a cidade é, por conseguinte, um “objeto pluridimensional e plurifactual, conjunto de territórios de relações sociais, interrelacionados, apropriados e localizados socialmente” (Batista, 2003 *apud* Cruz, 2011, p.75).

Salienta Carlos:

Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social - produzindo um espaço - ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade (Carlos, 2007, p.21).

Nesta perspectiva, podemos colocar a relação entre homem e natureza e todo o seu processo de transformação ao longo do tempo. A historiografia nos revela a compreensão dessa dinâmica e a maneira pela qual se define a mesma, nomeadamente o modo de produção e a maneira como as relações sociais se produzem e reproduzem com o processo de produção, uma vez que essas relações são atravessadas e articuladas pela economia, pela política e pelo social.

Então pensar o processo de urbanização, dentro dessas perspectivas, é cogitar essa extensão urbanizada dentro de um processo permeado de contradições, constâncias e resistências. É afirmar-se e reafirmar-se enquanto referencial de vida, em um caminho permanente do processo de modernização, ou seja, é refletir o processo de expansão do capitalismo e suas manifestações no amago da tríade de relações (social, política e econômica) na cidade.

Podemos considerar a naturalidade dessas manifestações com a chegada do processo industrial, onde a incidência rural torna-se cada vez mais urbana, desenvolvendo a cidade através de um crescimento abrupto, complexo, sem infraestrutura básica, apresentando e reformulando os bolsões de pobreza. Desse modo, Santos afirma que:

A cidade em si, como relação social e como materialidade torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato de modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial (Santos, 1993, p.10).

Nesta perspectiva, o processo de urbanização torna-se cada vez mais revelador do desenho urbano. Designado pelo modo de produção capitalista e seus desdobramentos significativos, a cidade corporiza um produto mercantil, de valor de troca e de uso fundamentando a segregação sócioespacial, caracterizada sob a égide da desigualdade social.

Por conseguinte, a urbanização é o processo de transformação de uma sociedade, região ou território de rural para urbano, ou seja, não representa somente o crescimento da população das cidades, mas o aumento dessa em relação aos habitantes do campo (Pena, 2024).

Sendo assim, é importante debatermos acerca da atuação que a industrialização promoveu. Lefebvre (2011) conceitua que o processo de industrialização foi o motor das transformações na

sociedade. Este autor contextualiza a “problemática urbana”, a qual deve ter como ponto de partida a compreensão das questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana. Destaca ainda que:

o processo de industrialização pode ser distinguido de duas maneiras: como processo indutor e como processo induzido, uma vez que o processo de industrialização estimula e dá ênfase a ação do êxodo rural e com isso a execução de um desenvolvimento desordenado causando relativos problemas de infraestrutura, falta de políticas públicas efetivas sejam elas educacionais, culturais, de saúde, etc... (Lefebvre, 2011, p.11).

A cidade, com o processo de industrialização, obteve um crescimento demográfico desordenado em grande parte do país e, em particular em Abaetetuba, resultando em um processo de aglomeração urbana como reflexo das atividades geradoras de emprego e renda e impacto financeiro.

Machado aduz sobre Abaetetuba:

De vila quase isolada pela floresta, com a intensa migração que aconteceu para a região em função da instalação a suas proximidades de um dos grandes projetos de exploração econômica da Amazônia, Abaetetuba passou muito rapidamente a conectar-se à teia capitalista transnacional, desfrutando de bens da tecnologia, mas recebendo, junto com estes, o ônus da “modernização” rápida e violenta (Machado, 2020, p.27).

Por Abaetetuba ter proximidade e acesso rápido à capital do Estado, o comércio varejista se consolidou como uma das principais atividades econômicas, uma vez que os “peões” quando recebiam seus salários se deslocavam para o município para gastá-los. Machado (2020) narra que durante a construção das fábricas, o comércio de Abaetetuba se desenvolveu e inúmeras famílias abandonaram suas roças e xerimbabos<sup>3</sup> instalando-se na cidade em busca de uma vida melhor, escola para os filhos e a vida moderna que o dinheiro da fábrica prometia.

Contudo, as coisas fluíram de outra maneira. Com o final das obras, os “peões” foram dispensados e se deparam com uma nova realidade, passando a integrar a massa de desempregados e subempregados, ou seja, o mercado informal. Machado (2020, p.36) refere-se à situação da seguinte forma: “pela sua própria natureza, geradora de poucos empregos, a operação da fábrica por não corresponder às expectativas dos que dela esperavam a redenção econômica”.

Diante de tal fato, esses novos moradores do tecido urbano desprovidos de recursos e auxílios financeiros, passam a ocupar áreas mais afastadas do centro da cidade constituindo assim os bairros periféricos.

<sup>3</sup> Xerimbabos: 1-animal domesticado e manso, mesmo silvestre. 2-As aves do terreiro. 3-Pessoa dócil, as ordens da outra.

No dizer de Koga:

A tradicional visão genérica da pobreza, alia-se a outro legado da sociedade brasileira que pouco tem se importado na sua história com a questão territorial, o chão das relações entre homens, onde se concretizam as particularidades, as diferenças e desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais (Koga, 2011, p.19).

É no território que as desigualdades sociais se tornam evidentes. É nesse espaço que as condições de vida entre os cidadãos de uma mesma cidade se destacam em sua diferenciação, uma vez que há locais onde a presença do Estado, através de serviços públicos, se faz presente. Há igualmente locais onde esses mesmos serviços estão ausentes, o que nos faz refletir sobre a violação dos direitos fundamentais ressaltados na Declaração Universal dos Direitos Humanos-DUDH como: morar, estudar, participar, transitar ou se divertir.

É prudente destacarmos que no território, há regras de convivência estabelecidas e consagradas. O enredo que conduz esse cotidiano pode revelar um mundo desconhecido, restrito e desprovido da responsabilidade do Estado, causando um contexto de fortes desigualdades sociais, e assim a redução da cidadania. É pertinente dizer que esses indivíduos que residem nesses territórios segregados sofrem com a questão do preconceito e da discriminação. Segundo Silva:

Os moradores da periferia são marginalizados e relacionados à criminalidade, e a atitude incorreta de alguns é tomada como se fosse a ação geral, o que não ocorre com a população de altas rendas. Muitos desses empregadores evitam contratar moradores desta região por acreditar que não são honestos (Silva, 2007, p. 9).

Dessa forma, esses mecanismos de exclusão transformam-se nas primeiras práticas de violência a essa classe social traduzida na modernidade como Classe “C” ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Partindo desse princípio, compreende-se que por falta de perspectivas de um futuro, alguns rebelam-se e têm como caminho a criminalidade por acreditarem que através da mesma conseguem melhorar suas condições de vida. Outros por possuírem baixa ou nenhuma escolaridade, empregos precários, falta de moradia etc., se veem diante de um dilema pessoal e social, acabando por seguir o caminho do tráfico das drogas.

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior ou exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é, de ausência de direitos (Chauí, 2017, p.41).

Diante de tais fatos, ponderamos que a violência acaba sendo uma espécie de reprodução social do sistema e que muitas das vezes acaba por definir ou redefinir identidades sejam elas pessoais

ou territoriais. E, geralmente, essas identidades têm em comum as práticas de violência, sejam elas territorializadas ou não.

Portanto, a violência é um fenômeno social, que advém das diversas complexidades de fatores que se fazem presentes na sociedade, o que nos leva a argumentar que a violência não é somente um problema de segurança pública, ela se configura em uma das maiores e significativas expressões da questão social, uma vez que a mesma não agride somente a parte física, mas também a psicológica, a familiar, a comunitária e a de diversos segmentos populacionais.

A violência urbana torna-se na atualidade um debate em nível nacional, uma vez que a mesma acaba sendo uma espécie de reprodução social muito bem definida na cidade excludente, que realiza a distribuição da desigualdade social.

Nesse caso, faz-se necessário inferir que o Estado, não planeja o crescimento da cidade, e muitas das vezes torna-se omissivo quando não realiza ações de implantação e implementação de políticas públicas que venham subsidiar essa população mais vulnerável, especialmente a juventude pobre e excluída. Assim, as cidades se tornam distantes de oferecer oportunidades equitativas a seus habitantes, causando uma implacável relação entre a urbanização e a violência urbana.

Partindo desse pressuposto, cabe frisar que o município de Abaetetuba não fica muito aquém de todo esse fenômeno, uma vez que com a chegada de políticas econômicas governamentais que favoreciam o grande capital, a região amazônica passou a ser palco de uma estrutura ambiciosa de grandes projetos industriais.

Destaca Machado:

[...] Uma cidade vocacionada essencialmente a vida ribeirinha viu-se de repente, como subúrbio de uma megalópole imaginária, sofrendo com essa radical mudança em sua identidade física e social; naquilo que seria a sua “alma” (Machado, 2020, p. 27).

Partindo desse pressuposto, o século XXI começou em Abaetetuba demonstrando o “poder” do desenvolvimento predatório ocorrido tanto pela imigração de indivíduos de outros estados e municípios, como do processo do êxodo rural ocorrido no município devido à instalação do Projeto Albras/Alunorte.

Complexo industrial que vai mudar não somente a realidade econômica do município, mas que trará consigo uma série de impactos como o crescimento aleatório da cidade. Com isso, a falta de planejamento urbano por parte do Estado, a desigualdade social e os bolsões de pobreza, explicam o surgimento de bairros periféricos sem nenhuma infraestrutura básica, além de um elevado índice de degradação do meio ambiente.

Como resultado dessa transformação, Abaetetuba, se vê em meio a uma desestruturação com o aumento da violência, consumo e tráfico de drogas, miséria e prostituição. Além disso, ocorre também a alteração de hábitos e costumes e a degradação de suas particularidades históricas e sociais. E, se antes os grupos de jovens se formavam para enaltecer a cultura popular, fosse pela dança folclórica ou pelo teatro, sucumbem na modernidade e passam a se engajar em grupos de gangues.

## **BAIRRO DE SÃO SEBASTIÃO**

Segundo Koga (2011), sob o manto das desigualdades sociais surgem cidades complexas, populações distintas, separadas e unidas pelas discrepantes situações de vida. Nesse sentido, podemos dizer que nos territórios vivenciam-se as mais complexas relações, entre alegrias, sofrimentos, direitos, etc., uma vez que é no chão do território que se materializam os desafios cotidianos. Sob essa égide, o bairro de São Sebastião realizou a sua construção como território citadino. Aqui, se manifestam relações sociais construídas, fragilizadas, reconstituídas, bem como a resistência dos sujeitos que em seu dia a dia buscam melhores condições de vida, seja economicamente ou socialmente e enfrentam a segregação de residir em um bairro periférico e demarcado pela violência urbana.

É neste mesmo território demarcado por diversas expressões da questão social que os indivíduos que ali formam uma comunidade, vão escrever novas histórias de superação, reconhecimento e exemplo de transformação, seja ela individual ou coletiva.

Contudo para compreendermos melhor todo esse processo histórico vivenciado, pelos sujeitos que ali residem, iremos remetermo-nos à década de 1980, quando o projeto Albras/Alunorte foi implementado no município de Barcarena.

Nas palavras de Machado:

Somente é possível a compreensão do momento atual vivido por Abaetetuba se considerarmos sua história recente no contexto da implantação dos grandes projetos na Amazônia. O município está sob a influência direta do projeto ALBRAS/ALUNORTE, façanha nipônica que implantou, a 20.000 quilômetros de distância, a maior fábrica japonesa de alumínio fora da Ásia, capaz de abastecer 15% de toda a necessidade de alumínio do Japão a preços menores do que conseguiriam se as fábricas fossem instaladas em território japonês (Machado, 2020, p.29).

Nesta esteira, o município de Abaetetuba inicia uma nova fase, trazendo em seu entorno os grandes projetos econômicos industriais idealizados para a região Amazônica, projetos esses que reconfiguravam o modo de viver socialmente e economicamente no município de Abaetetuba.

Machado (2020) salienta que de seis bairros, no início dos anos 80, para dezessete em 2014, a cidade inchou caoticamente. Os mais recentes dados demográficos, revelam que 80% da população



municipal vive hoje na cidade. O bairro de São Sebastião se forma com as famílias advindas da região das ilhas e estradas do município de Abaetetuba, como também pelas famílias proveniente de outros municípios e estados, que realizaram o processo de migração, atraídos pela “falsa” empregabilidade difundida pelo capital.

Em entrevistas realizadas entre os dias 12 de dezembro de 2023 e 01 de fevereiro de 2024, obtivemos os seguintes depoimentos:

Olha nós chegamos aqui bem verdade, foi pelo meio do mato, aberando o Laranjal, não tinha rua não tinha nada... Fizemos nossa casinha lá onde hoje, é a terceira rua. Aí [...] fizeram uma travessia para o Santa Rosa... passávamos por cima do miritizeiro. Viemos de Rio Ba (região de ilhas no município de Moju). Para chegar na cidade, pegávamos um barco, depois a estrada, aí viemos para cá por causa que as crianças só viviam doente e nós sem dinheiro (Entrevistada nº 13, em 01/02/2024).

Nós viemos das ilhas de Abaetetuba, um rio chamado Ajuáizinho, bem colado com o rio Ajuá grande. E nós viemos de lá, porque nós, éramos 12 filhos da mesma mãe e do mesmo pai... Como a situação era muito difícil lá no interior, e a dificuldade dos meus pais era demais e nós todos éramos pequenos... a maior era eu... e quando adoecíamos a dificuldade era muito grande para chegar até Abaetetuba. E um dia minha mãe disse que a vontade dela era de sair de lá e vi[r] embora para a cidade devido a já ter perdido três filhos. Era muita dificuldade, falta de dinheiro, de emprego e por isso ela não queria mais ficar mais lá (Entrevistada nº 3, em 12/12/2023).

Antes de vir para cá, [...] eu morava na Rodovia Dr. João Miranda. Eu vim pra cá por casualidade da minha casa... Quando eu sai do emprego, meu patrão disse que eu não ia mais morar de aluguel, que ia comprar uma casa para mim. Ai, ele me deu o dinheiro e eu comprei (Entrevistado nº 10, em: 28/12/2023).

Nesse contexto, atendemos ainda à fala de uma retirante nordestina que realiza com sua família o processo de migração em busca de melhores condições de vida e subsistência. Em uma entrevista realizada por um programa jornalístico do município, a mesma explicita: “minha família foi uma das primeiras (...) a se instalar no bairro de São Sebastião. Meu marido junto a outros foi quem iniciou a abertura das ruas em forma de mutirão. Era eu quem cozinhava para eles, a partir daí, outras famílias foram chegando” (Entrevista ao Programa Panorama-2019).

Em entrevista cedida à nossa pesquisa, uma das figuras emblemáticas do bairro, nos verbaliza como se deu a formação do bairro:

[...] o ano era 1986, e eu vim receber as terras dos donos, uma vez que o Prefeito comprou a terra para distribuir para as famílias que vieram das ilhas, estradas e de outros lugares por conta do projeto Albras/Alunorte. E o Prefeito me incumbiu para realizar a distribuição das terras e junto com algumas famílias iniciamos o loteamento do bairro e desde esse tempo eu tô aqui (Entrevista realizada em: 28/12/2023).

Ele ainda acrescenta:

[...] antes de se tornar um dos bairros do município era área de agricultura, tinha uma grande concentração de lavoura de cana-de-açúcar, melancia, mandioca e na área de várzea muita plantação de açaí, quando íamos abrindo as ruas dava pena de ver as frutas sendo cortadas e jogadas fora (Entrevista realizada em: 28/12/2023).

De maneira muito rápida o bairro de São Sebastião passou a conectar-se com a teia urbanística do município, gerando não apenas o seu crescimento demográfico, mas trazendo consigo sérias dificuldades que o crescimento desordenado provocou, como a falta de infraestrutura básica. Rapidamente a “carga explosiva” contida na questão social, colocou em evidência uma das suas mais agressivas expressões: a violência urbana.

[...] o tempo foi passando e mais pessoas foram chegando, e aí com essas vindas tivemos a criação de dois grupos de jovens que se confrontavam. Eles se cortavam, eles se matavam... Eu ia entrando em depressão e muitas famílias deixaram suas casas, outras venderam por preços muito baixos e foram embora. Eu rezava e pedia muito p’ra Deus abrir portas para chegar ajuda (Entrevistada nº 3, em 17/12/2023).

Sob esse viés, os sujeitos que habitavam esse território, vivem, no final dos anos de 1990 e início do ano 2000, um período conturbado com os altos índices de violência urbana e de vulnerabilidade, principalmente entre adolescentes e jovens.

Desse modo, esses adolescentes e jovens começam a transfigurar através da violência urbana a realidade trazida pelo excesso de ócio e a falta de políticas públicas no território. Assim, esses jovens participavam ativamente em confrontos violentos entre si.

Logo, as consequências negativas eram muito visíveis para a população residente. De um lugar pacato, pouco habitável, ainda com um modo de subsistência baseado na cultura do campo, passou a um espaço de convivência marcado pelo confronto entre grupos juvenis extremamente violentos.

Diante disso, percebemos que cada adolescente e cada jovem passou a afirmar-se e a identificar-se estabelecendo relações de sociabilidade de acordo com o grupo que integrava. Os referidos grupos eram conhecidos como: “Demônios da Noite” - DN e seu “território de abrangência” era o lado esquerdo do bairro, enquanto do lado direito do bairro concentrava os “Vândalos de Santa Rosa” – VN. Por conta dessa situação, o bairro ficou conhecido na mídia local por “Iraque” ou “Afeganistão”, devido aos grupos terem como faixa limítrofe, a rua principal do bairro.

Sobre a violência promovida pelas gangues, comentam alguns intervenientes:

[...] eu morava no campo da aviação. Vim pra cá com 12 anos. Minha adolescência foi como o que hoje o adolescente tem, tá entendendo? Mas depois já com o tempo, já veio tomar outro

caminho, outro rumo já, que foi, esse aí, essas brigas de gangue (Entrevistado nº 6, em 19/12/2023).

[...] o começo da minha adolescência até que foi bom. Eu trabalhava com meu pai, fui aprendendo devagar... Meu mal foi ir trabalhar na feira. Depois da feira, minha cabeça rodou e na feira aprendi muita coisa que não prestava. Fui trabalhar na feira, vigiar carro, vender chopp, trabalhei no repuxa. Lá eu comecei a beber, conheci o cigarro novo, e depois disso ai, me ajuntei com meus primos e pronto, ai comecei a entrar na má companhia e ai deu no que deu [...] (Entrevistado nº 4, em:17/12/2023)

[...] minha mãe tinha um terreno, mas a gente mora ali na Rui Barbosa, no bairro do Algodão. Ai nós vinha pra cá pro terreno... Ai a mamãe construiu a casa e a gente viemos embora pra cá, desde o começo do bairro. Eu vivia na rua, eu era moleque de rua, ia pra bola ficava até de noite, só chegava em casa pra dormir e levantava e ia pra rua. Minha vida era essa assim... ai eu fazia parte da VN, esse tempo era eu, o finado Baixinho, o finado King, o Batista e ai tinha outros [...] (Entrevistado nº 11, em 27/01/2024).

A violência exposta por esses dois grupos, a partir de um certo período não tinha mais hora para acontecer. Antes era no cair da noite, após certo tempo, o confronto acontecia a qualquer minuto. Como efeito da situação, o território passou a viver e conviver com a desigualdade socioterritorial e segregacional, e essas discriminações não eram vivenciadas somente pelos adolescentes e jovens envolvidos com os confrontos, mas também por toda população que habitava esse território.

Por sua vez, em dezembro de 2003, começou a ser redesenhada uma nova história para aquele território, a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social, na cidade de Brasília, onde se deliberou que:

[...] a consolidação da assistência social como política pública e direito social, ainda exige o enfrentamento de importantes desafios. A Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2003, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, requisito essencial da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública (Brasil, 2004, p.8).

O SUAS, traz consigo um modelo de gestão descentralizado e participativo. Essa nova conjuntura, possibilita que as ações socioassistenciais, desenvolvidas através de serviços, programas, projetos e benefícios, tenham como foco prioritário a atenção às famílias e seus membros e como base de organização o território. Já a Política Nacional de Assistência Social, sua publicação ocorreu somente em 2004. A mesma veio para implementar o SUAS e assim configurar-se como Política de Proteção Social, trazendo consigo uma visão social inovadora. Entendendo que a população não tem somente necessidades e fragilidades, mas que é necessário identificar as forças e capacidades que esses sujeitos possuem para uma maior autonomia. Salienta Costa:

Assim, a Assistência Social passa a ser uma política pública capaz de possibilidades de apreender as diferenças sociais e entender que a população tem necessidades, e capacidades, pautando-se não só nas ausências materiais, como também na pobreza, mas também nas

presenças potenciais, como no reconhecimento do indivíduo como sujeitos de direitos, identificando forças e não somente fragilidades (Costa, 2022, p.73).

É nesse contexto de conquistas da Assistência Social no Brasil, que se inicia o trânsito para um novo campo: o campo de direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A partir dessas conquistas sociais já enfatizadas no artigo 194º da Constituição Federal de 1988 que estabelece a seguridade social, como conjunto de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Cabe frisar que a materialidade dessas conquistas no que concerne à assistência social serão enfatizadas pela Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS que no seu artigo 1º estatui a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, seguido do artigo 2º que menciona que a Lei definirá os objetivos de tal política.

Sendo assim, no ano de 2005, o município de Abaetetuba, é contemplado com seu primeiro Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, e o bairro de São Sebastião, foi o território escolhido para implementar o referido equipamento social, expresso no artigo 6º-C, § 1º da LOAS, que ressalta:

O CRAS é a unidade pública municipal de base territorial, localizadas em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado a articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e a prestação de serviços, programas, projetos socio assistências de proteção social básica as famílias (Brasil, 1993).

A equipe do CRAS inicia suas atividades assumindo o desafio de diálogo com os grupos rivais que determinavam as ações no referido território, para que os mesmos permitissem a instalação desse equipamento social. Nesse sentido, explica a Coordenadora da PSB, em funções em 2005:

Quando foi liberado o primeiro CRAS para o município, nós conversamos e na época eu fazia parte da equipe de planejamento da secretaria, em qual seria o território que a gente ia implantar o primeiro CRAS. E ai por conta de todas essas vulnerabilidades que ocorriam no bairro de São Sebastião, nós optamos pelo São Sebastião. Ai veio o primeiro entrave, naquela época o São Sebastião era dividido e comandado por duas gangues: acesso pelo bairro de Santa Rosa, os Vândalos de Santa Rosa e pela rodovia os Demônios da Noite. Então como entrar nesse bairro sabendo, que havia esses conflitos, e que realmente eles se conflitavam na rua (Entrevistada nº 8, em: 27/12/2023).

Dessa forma, a equipe foi buscando estratégias para a implementação do CRAS no território, pois o entrave maior era onde se localizaria o prédio desta instituição social, por conta da rivalidade entre os grupos de gangue. O objetivo inicial do espaço era a amenização dos conflitos. Segundo a assistente social e a psicóloga que compunham a equipe na época, em entrevista realizada entre os dias 15/12/2023 e 08/01/2024, ressalta que se realizaram várias reuniões com os dois grupos

em dias e horas diferentes, para mostrar aos mesmos, o que seria o CRAS e qual o objetivo do trabalho que iria se desenvolver no território.

Com base no diálogo entre a equipe do CRAS e os grupos organizados em gangue, iniciam-se as primeiras ações no território. A primeira foi encontrar o espaço no local onde os grupos determinaram, segundo foi iniciar os trabalhos através das reuniões setorizadas, uma vez que as mesmas tinham como objetivo esclarecer como esse trabalho seria feito. Durante a entrevista, a psicóloga ressalta a grande expectativa das famílias em relação aos serviços, pois faltava tudo. Não tinham posto de saúde, mas somente as agentes comunitárias de saúde realizando serviços pontuais de prevenção e esclarecimento.

Ainda durante nossa coleta de dados, a assistente social da época salientou que foi através do CRAS que as políticas começaram a adentrar no território. Em sua fala, ela descreve que a única política pública existente era a política de educação, através das Escolas Municipais Professora Maria Zaide Cardoso e Doutor Francisco Leite Lopes, e que uma das primeiras ações foi levar para o CRAS, os serviços de cidadania oferecidos pela Casa do Cidadão como Registro Geral-RG, Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, Carteira de Trabalho e Certidão de Nascimento, pois, a falta de documentação era uma das carências desses sujeitos.

O tempo ia passando e as ações acontecendo. A coordenadora da Proteção Social Básica-PSB na época, nos relata durante sua entrevista que nesse meio tempo entre a inauguração do prédio do CRAS São Sebastião e a realização dos primeiros serviços socioassistenciais, assistiu-se à chegada do Projeto Agente Jovem, e os grupos queriam seguir a mesma dinâmica que fora usada na implementação do CRAS:

[...] fazer uma turma de cada lado e a gente falou que não, que no CRAS eles iriam aprender a conviver. Era bem complicado, quando tinha os encontros, a gente estava lidando com uma bomba relógio que a qualquer momento ia explodir (Entrevistada nº 8, em: 27/12/2023).

Era muito desafiador fazer um encontro com esses jovens, tivemos por exemplo, uma ação no Tiro de Guerra, onde a gente teve que trazer os grupos. Trouxemos alguns meninos dos grupos rivais, tivemos conflito, mas essas pequenas coisas que fomos fazendo, observávamos que surtia algum efeito, mesmo que fosse arriscado (Entrevistado nº 7, 23/12/2023).

A partir daí, outros projetos vieram complementar os serviços. Entre eles, é citado o Projeto “Arteiros em Cena”, o qual possuía a arte como instrumento de intervenção. Convém ressaltar, que este projeto foi pensado a partir das considerações descritas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A mesma padroniza os serviços socioassistenciais ofertados nos territórios para as famílias, onde através de trabalhos em grupos organizados e de acordo com os ciclos de vida,

realiza trabalho social com as famílias para prevenir ocorrências de situações de risco social. Este serviço tem por nome Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV.

E, foi nesse contexto que nasceram os Cordões Juninos concebidos como uma das principais estratégias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. É preciso ressaltar que nesse interim, o município de Abaetetuba, já possuía oito CRAS, quatro deles vinculados à zona urbana, três na área rural das ilhas, sendo um específico para as Comunidades Tradicionais Remanescente de Quilombos, e um na zona rural estrada.

Costa (2022, p. 78) expressa que o poder público se apropria de uma manifestação local para refletir acerca das violações de direitos por eles vivenciadas. O *Festival* faz uso da performance, do colorido, das indumentárias, do humor, dos bichos, da poesia, da música, para reivindicar, contestar e resistir a expressões da questão social de uma sociedade autoritária e permeada de contradições. Essas letras de música e poesia, traziam em seu bojo críticas a diversas situações de violações de direitos como violência urbana, trabalho infantil, exploração e abuso sexual, racismo, discriminação e intolerância. Assim, o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais começou a surtir efeito de uma forma simples, mas muito autêntica, usando a arte como intervenção.

Para complementar essa mudança, em 2011, o município foi contemplado com uma unidade do Centro de Artes e Esportes Unificados-CEU's. Os CEU's têm como proposta trabalhar de forma articulada com outras políticas públicas, as vulnerabilidades apresentadas nos territórios. A instalação desse equipamento social foi de suma importância para dar continuidade nas ações, uma vez que no mesmo espaço integrou-se o CRAS, CEU's e o Posto de Saúde. Desse modo, as situações de vulnerabilidade começaram a ser trabalhadas de forma conjunta entre assistência social, educação e saúde.

O Centro de Artes e Esportes Unificado desenvolveu o Projeto Girândola que teve por objetivo geral desenvolver ações em três eixos: saúde, enfrentamento e prevenção de violações de direitos e educação. Esses eixos executaram suas atividades de forma articulada como atividades preventivas de saúde nos territórios, formação humana social e estética, sentimento de pertença de crianças e adolescentes ribeirinhas, fortalecimento da identidade étnica de crianças e adolescentes quilombolas, fortalecimento do Protagonismo Juvenil, considerando a diversidade e a especificidade socioterritoriais, etc.

Por fim é importante considerar que os desafios propostos para a mudança dessa realidade foram muitos, e que os jovens foram os principais agentes dessa mudança. O trabalho social

desenvolvido no CRAS dentro das mais diversas áreas societárias, ampliou o universo desses sujeitos imprimindo uma identidade com novas realidades e uma outra perspectiva de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre as considerações deste trabalho, retomamos ao pensamento do território enquanto construção móvel, construção de poder, cindido pelas manifestações e articulações das desigualdades sociais.

Isso que dizer que o enclave proporcionado pela segregação e desigualdade social, desenvolveram, no território do bairro de São Sebastião, não apenas relações complexas, proporcionadas pela limitação de cidadania e direitos sociais, como também, um espaço permeado de sujeitos que buscaram, em seu dia a dia, formas de resistência e enfrentamento dess segregação socioespacial.

Apontar entraves e potencialidades no bairro de São Sebastião, é tratar da reconfiguração que os sujeitos que ali vivem e convivem, buscaram. Assim, procuraram enveredar por um caminho diferente daquele pretendido pela “classe elitista abaetetubense”.

Nesta construção, podemos perceber que o processo de industrialização iniciado com o Projeto Albras/Alunorte e o fenômeno da migração foram apenas a “ponta do iceberg” que envolveu o debate sobre a responsabilidade do Estado, na efetivação dos direitos sociais estatuídos pela Constituição Federal de 1988.

Dessa maneira, cabe-nos refletir sob as medidas intraurbanas que possibilitam não só trabalhar os entraves que se manifestaram naquele território, mas igualmente desbravar as potencialidades para o desenvolvimento da mesma.

Este território nasceu de uma explosão demográfica desordenada, aguçada pelo êxodo rural e uma migração de retirantes de outros estados e municípios, bem como por uma estruturação que teve por base uma dinâmica conflituosa, insurgente e violenta. Porém, a Política Pública de Assistência Social, materializada nos serviços socioassistenciais desenvolvidos no CRAS, permitiram a esses sujeitos protagonizarem novas histórias em suas vidas.

## REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Avanços, dificuldades e desafios da Política de Assistência no Município de Abaetetuba. **Revista de divulgação das atividades da Secretária Municipal de Assistência Social de Abaetetuba/PA**. Abaetetuba/PA, 2010.

BRASIL, Caixa Econômica Federal-GIGOV-Cras **Abaetetuba**. Prêmio Melhores Práticas, 2016 Disponível em: [www.caixa.gov.br/melhorespraticas/edição 2015-2016](http://www.caixa.gov.br/melhorespraticas/edição%202015-2016). Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Agência de notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL, Secretária Nacional de Assistência Social: **Política Nacional de Assistência Social**, PNAS-2004. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-desenvolvimento-e-assistencia-social-familia-e-combate-a-fome>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome; **Tipificação Nacional dos Serviços Socio Assistenciais**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicação>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade FFLCH, São Paulo, 2007.

CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CLENES C.; CARDOSO L. C. V.; DOURADO V. C. O Processo de Urbanização Brasileira. **Estudos**, Goiânia, v.37., n.5/6. p.573-585, maio/junho 2010.

COSTA; M. de N. S.; **Os cordões juninos como prática de intervenção dos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS nos territórios de Abaetetuba**-Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Abaetetuba, 2022 disponível em: [https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/programa/noticias\\_desc.jsf?lc=pt\\_BR&id=1939&noticia=10004949](https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1939&noticia=10004949). Acesso em: 03 jun. 2024.

CRUZ, F. M. R. **A tematização dos espaços públicos**: estudo de caso nas cidades de Porto, Vila Nova de Gaia e Barcelona sobre a qualidade e estrutura dos espaços públicos. Tese de Doutorado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Disponível em: DOI: [10.13140/RG.2.1.3103.4321](https://doi.org/10.13140/RG.2.1.3103.4321). . Acesso em: 03 jun. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

MACHADO, J. **História de Abaetetuba**: Com referenciais na história social e econômica da Amazônia. Abaetetuba: Edição do Autor, 2020. Disponível em: <https://escrevercomorespirar.blogspot.com/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

MARCONI, M. de A.; [LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica, 8º Ed. Ed. Atlas, 2017.](#)

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PENA, R. F. A. **O que é urbanização?** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-urbanizacao.htm>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.



PROGRAMA PANORAMA. **Meu bairro tem história**. Disponível em: [www.naldoaraujo.com](http://www.naldoaraujo.com). Acesso em: 03 jun. 2024

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**, 1º ed. São Paulo: Cortez. 2013.

SILVA, K. de O. A periferização causada pela desigualdade brasileira. **Revista Urutágua** - revista acadêmica multidisciplinar, Maringá, 2007. Disponível em: [www.urutagua.uem.br/011/11.silva.htm](http://www.urutagua.uem.br/011/11.silva.htm). Acesso em: 03 jun. 2024

KOGA, D. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez Editora, 2011.